

MODELO DE DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA

Rio de Janeiro, XXX de XXXXXXXX de 2020.

Ao Administrador Judicial da Recuperação Judicial das sociedades ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE COLÉGIO MIGUEL COUTO LTDA, CURSO COLEGIADO G7 LTDA, CURSO MIGUEL COUTO LTDA, EDITORA TETH LTDA, INSTITUTO GUANABARA LTDA e CM UNIFORMES LTDA – Nascimento & Rezende Advogados

_____(Nome completo do Credor
impugnante), identidade nº _____, CPF/CNPJ nº _____,
_____, com endereço sito a
_____, e-mail _____,

venho por meio da presente e com fundamento no artigo 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005, apresentar **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO**, em razão de discordar da Relação de Nominal de Credores apresentada no processo de Recuperação Judicial nº 0020395-10.2020.8.19.0001, pelas razões que passa a expor:

1- A Relação Nominal de Credores apresentada pela recuperanda às fls. 562/658 do processo de Recuperação Judicial, lista crédito em nome do credor ora impugnante no montante de R\$ _____, na classe _____, devido pela empresa _____.

2- Ocorre que, em verdade, o valor do crédito devido perfaz a quantia de R\$ _____, devido pela empresa _____ de oriundo _____ de _____

(informar a origem do crédito: contrato de prestação de serviço, fornecimento de material, relação trabalhista, ações judiciais já liquidadas, etc), correspondente à classe _____
(colocar a classificação do crédito de acordo com o previsto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005).

3- Para tanto, apresenta-se, em anexo, os seguintes documentos comprobatórios _____ de _____ seu crédito: _____

(A Divergência deve estar instruída com todos os documentos necessários para a comprovação do crédito tais como: contrato de prestação de serviços, notas fiscais, faturas, aceites, solicitação de serviço, e-mails, decisões judiciais, cálculos judiciais, certidão de crédito emitida pelo Juízo onde se processa a execução – caso se trate de crédito discutido judicialmente, etc).

4- O valor do crédito pleiteado está consubstanciado na planilha de cálculos anexa, devidamente **atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, ocorrida em 29/01/2020**, em consonância com exigência prevista no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005.

5- Diante do exposto, requer que este Administrador Judicial receba a presente **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO**, a fim de que faça constar na Relação de Credores da Recuperação Judicial o crédito em nome do ora impugnante no valor de **R\$ _____**, **atualizado até 29/01/2020**, na classe _____, devido pela empresa _____ em consonância com os documentos comprobatórios que acompanham a presente.

Nome do Credor / Advogado